

# NOTAS CURTAS

## AS BOAS NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

### Meta 2: CNJ lança Processômetro

Desde agosto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) implantou o sistema intitulado Processômetro, um contador de processos relacionados à meta 2 – que se propõe a identificar e julgar este ano todos os processos protocolados até 31 de dezembro de 2005. O contador está acessível na página inicial do site do CNJ ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)) com o objetivo de divulgar os números referentes aos processos que já foram julgados em todos os tribunais do país para atingir essa meta. O serviço é atualizado mensalmente e os 91 tribunais

brasileiros informam, nos dez primeiros dias de cada mês, a quantidade de processos julgados no mês anterior, incluídos na proposta da meta 2. Além da quantidade, também poderão ser consultados os tipos de processos julgados.

O ministro Gilmar Mendes assinou no mês passado um acordo com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, procuradorias gerais dos Estados e procuradoria do Distrito Federal para agilizar o cumprimento da meta. O termo pode extinguir mais de 300 mil processos de execução

fiscal. O CNJ também firmou outras duas parcerias com instituições bancárias e empresas de telefonia, que representam boa parte dos processos que aguardam julgamento. Conforme estimativas do CNJ, os três acordos contribuirão para o cumprimento da meta 2, devido à quantidade de processos existentes nas áreas de execução fiscal e às ações em que estão envolvidas empresas de telefonia e instituições financeiras. A assinatura representa ainda o apoio dado por essas empresas e entidades ao cumprimento da meta.

### Congestionamento processual diminui

Segundo a pesquisa “Justiça em Números” 2008, elaborada pelo Departamento de Pesquisa Judiciária do CNJ, o Judiciário brasileiro apresentou redução na taxa de congestionamento processual em comparação com 2004, ano da primeira análise. Apesar da diminuição, porém, o Judiciário ainda tinha, no final do ano passado, um estoque de mais de 70 milhões de processos em tramitação – 2 milhões a mais do que em 2007, quando o número era de 67,7 milhões. O levantamento mede a efetividade dos julgamentos considerando o total de casos novos, julgados e pendentes. Ao todo, 15.731 juízes das justiças federal, estadual e do trabalho possuem uma carga de trabalho que varia de 1,9 mil (federal) processos a 9 mil (estadual) por magistrado.

Uma das maiores cargas de trabalho está concentrada no 1º grau da justiça estadual. Os 8.603 magistrados tinham em seus Estados mais de 45 milhões de processos em tramitação, o que resultou numa carga de trabalho de 9.035 processos para cada juiz – a taxa de congestionamento chegava a 79,6%.

### Comitê propõe desenvolvimento da tecnologia em tribunais

O Comitê de Gestão dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário aprovou também no mês de agosto proposta com regras para informatização do Judiciário. Segundo o diretor do Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ, Declieux Dantas, a proposta tem o objetivo de criar normas de nivelamento na área de TI para todos os tribunais. Na proposta estão ações voltadas para a área de recursos humanos, que preveem a contratação de servidores efetivos e com qualificação específica na área de tecnologia da informação. Foram incluídas sugestões apresentadas pelos tribunais, em consulta pública, com relação ao modelo de gestão documental. Há também regras que determinam condições para publicação e divulgação dos atos processuais por meio eletrônico.

Num prazo de 120 dias, os tribunais deverão oferecer uma estrutura mínima como um microcomputador para cada posto de trabalho que exija uso de recursos de tecnologia da informação, impressora, links de transmissão entre as unidades do tribunal e conexão à rede de dados para cada dispositivo que utilize esse tipo de recurso.

### Morosidade: o maior desafio da Justiça

O presidente do CNJ, ministro Gilmar Mendes, afirmou que o maior desafio é a morosidade, ao ser questionado sobre a Justiça brasileira em Aracaju, SE, em agosto. De acordo com o presidente do STF, a população considera o Judiciário extremamente demorado. Segundo ele, estão sendo feitas mudanças para reverter esse quadro, que preocupa a população. “Estamos trabalhando com grande afinco na modernização administrativa do Judiciário e na meta 2”, disse. Ele defende a conciliação como forma de minimizar a morosidade. “Enfatizamos a ideia de conciliação de modo a evitar que haja demasiadas demandas, especialmente daqueles casos já pacificados com a jurisprudência dos tribunais”, afirmou. O ministro informou que o modelo de execução criminal virtual utilizado pelo CNJ tem como base o sistema sergipano e acredita na importância de discutir modelos de tecnologia da informação dentro das questões e perspectivas do Judiciário. Para ele, o melhor tribunal de justiça do Nordeste é o do Rio Grande do Norte, que deve servir como modelo.